

---

## O corpo *queer*: a construção pós-identitária de um corpo estranho<sup>1</sup>

Lucas Alves Caetano<sup>2</sup>  
Flávia Martins dos Santos<sup>3</sup>  
Mayllon Lyggon de Sousa Oliveira<sup>4</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

### RESUMO

O corpo *queer* é um corpo estranho, traduz desejos e vontades que, por muito tempo, foram reprimidas e tratadas como anormais. É necessário compreender uma cadeia de significados que são base em uma cultura baseada na heterossexualidade. É importante entender a cultura, como ela permeia as identidades e as diferenças, as produções de sentido inseridas no corpo social e entender como esses processos funcionam na construção da pessoa. Aqui partindo de uma perspectiva do construcionismo social, com o objetivo de fazer uma discussão teórica relacionando conceitos de identidade, cultura, corpo, sexualidade e *queer*, elementos fundamentais para o entendimento da constituição da pessoa, sobretudo porque são construídos para e a partir da comunicação. E, para não concluir, esse trabalho é uma porta aberta para outras discussões que abarcarão as mesmas questões e agregarão a este.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade; Diferença; Gênero; Sexualidade; *Queer*.

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte da reflexão teórica desenvolvida em projeto de iniciação científica que pretende mapear as práticas discursivas de sujeitos *queer* a respeito das temáticas de corpo, gênero e sexualidade. Por meio de pesquisa bibliográfica, apresenta e relaciona conceitos essenciais para a discussão dos corpos *queer*; a saber: a cultura, identidade, identificação e diferença, sexualidade, sexo e gênero. O objetivo deste artigo é discutir e relacionar teoricamente esses conceitos, uma vez que eles se constituem como marcos fundamentais na constituição de cada pessoa<sup>5</sup>,

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no IJ06 – Interfaces Comunicacionais, da Intercom Júnior – XVII Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Relações Públicas da FIC-UFG, e-mail: lucasalves08@discente.ufg.br.

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Doutora em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG. Professora Adjunta do curso de Relações Públicas da FIC/UFG. E-mail: flaviamartins21@gmail.com.

<sup>4</sup> Coorientador do trabalho. Doutorando e Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da FIC/UFG. Professor nos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Faculdade Sul-Americana. E-mail: mayllon.lyggon@gmail.com.

<sup>5</sup> Sob uma perspectiva socioconstrucionista, que orienta teórica e metodologicamente nossa reflexão, optamos por utilizar o termo pessoa no lugar de sujeito ou indivíduo. Tal posicionamento não pretende diminuir a importância desses conceitos, mas sim privilegiar o enfoque construcionista na dialogia mais do que na individualidade ou condição de sujeito (SPINK; MEDRADO, 2013).

---

sobretudo porque os sentidos sociais desses marcos são construídos culturalmente por meio da comunicação e da mídia. No primeiro tópico, são tratadas as questões a respeito da identidade, diferença e cultura como bases conceituais para discutir as formações das identidades de gênero e sexualidade. Para tanto, Stuart Hall (1996; 1997; 2006) é uma base teórica que guia as reflexões a respeito dessa construção, sua conceituação sobre identidade, diferença e cultura, aliada aos pensamentos de Tomaz Tadeu da Silva (2000), são cruciais para a discussão sobre a diferença e a identificação.

O segundo tópico traz a discussão de sexo, gênero e sexualidade como uma forma de expandir a discussão sobre identidade e focar nesses aspectos. E, além do mais, mostrar como isso é importante na formação da pessoa no contexto da sociedade e no contexto de relações de poder. Para tanto, levanta-se a discussão apontada por autoras como Judith Butler (2003), Adriana Piscitelli (2009) e Joan Scott (1990), sobre gênero e sexualidade, chegando, por meio da teoria feminista, à discussão da teoria *queer*, importante para pensar os corpos dissidentes (LOURO, 2004).

O tópico, A “viagem” do corpo *queer*, tem como foco discutir, na perspectiva de Guacira Lopes Louro (2004), o corpo *queer* como “um corpo estranho”. Ela aponta que a viagem do corpo *queer* se dá pela possibilidade desse corpo transitar entre as categorias do masculino e feminino, não se limitando pelo binarismo sexual, mas estando nos limites e até mesmo fora deles, o que acaba sendo um incômodo na sociedade. Tal ponto é importante para entender a repressão existente sobre tais corpos, mantida e reforçada por meio dos discursos que circulam nos grupos sociais e nas esferas midiáticas.

A partir da proposição dessas reflexões, esperamos ampliar a discussão e a compreensão do trabalho, que deixa em aberto possibilidades de futuros trabalhos que dissertem com essa base e expandam a discussão para análise de objetos concretos que permitam a discussão a respeito de sexo, gênero e sexualidade.

## **CULTURA, IDENTIDADE E DIFERENÇA**

A noção de indivíduo, em suas mais extensas definições, tem sofrido diversas alterações ao longo do tempo. Seja por sua estabilidade ou por sua complexidade, surgem diversas teorias em torno do que torna a pessoa o que ela é ou pode vir a ser. Por conta disso, a identidade e a diferença aparecem como conceitos imprescindíveis para

---

compreender o ser complexo da pós-modernidade. Fazendo uma ressalva, é importante destacar que Stuart Hall (2008) define que, alguns conceitos, estão sob “rasura”, ou seja, não são suficientes ou bons para pensar certos aspectos, mas que ainda não se tem um substituto à altura, um desses casos é a identidade. Na condição de rasurado, o conceito não deve ser utilizado de forma essencialista, “mas um conceito estratégico e posicional” (HALL, 2008, p. 108).

Tomaz Tadeu Silva (2000) aponta que a identidade “simplesmente existe”. Seguindo esse raciocínio, o autor localiza a diferença como aquilo a identidade não é (SILVA, 2000, p.73). Assim, na formação da pessoa, existe uma afirmação identitária, mas que carrega uma série de outras negações que se localizam como diferença.

Hall cita a identidade como “uma ‘produção’ que nunca se completa, que está sempre em processo e é sempre constituída interna e não externamente à representação” (HALL, 1996, p. 68). Nesse caso, o autor compreende a identidade como algo que possui mudanças, que é, de uma certa maneira, construído e modificado por meio de experiências, vivências e interações que a pessoa sofre durante seu convívio no meio social, bem como as representações que essa identidade sofre no contexto social.

Hall (2006) também faz um apanhado histórico que mostra como a definição de identidade se transformou de acordo com o pensamento a respeito do que vem a ser o sujeito. A princípio, ele cita o sujeito do iluminismo, no qual a identidade surgia com o nascimento e permanecia a mesma até o final da vida; a seguir, surgiria o sujeito sociológico, que é quando a identidade sofre influência direta das relações da pessoa com os grupos nos quais se insere na sociedade; e, por último, o sujeito pós-moderno, que possui a identidade construída por meio dos diversos sistemas culturais que os rodeiam, ou seja, está sempre em um processo de construção.

Sendo assim, com o pensamento do sujeito pós-moderno, é evidenciada a necessidade da cultura como forma de construção da identidade da pessoa em sociedade e como tais práticas da sociedade trazem certos “moldes” para que essa construção seja feita no interior de cada pessoa. E é nesse aspecto que Silva (2000, p. 76) aponta que a “identidade e a diferença são criações sociais e culturais”, e também como elas dependem uma da outra para existir. Desse ponto de vista, as identidades constituem-se na relação entre a pessoa, a sociedade e a cultura em que se inserem e as identidades consolidam um conjunto próprio de diferenças das quais ela depende para se afirmar.

---

A construção da identidade advém, portanto, de uma série de significados que permeiam a sociedade. Porém, é importante destacar que a identidade não é algo fixo, que não pode mudar. Hall (2008 p. 112) fala que as identidades são “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. É nesse aspecto que o autor propõe falar de identificação (HALL, 2006) ao invés de identidade, já que é um processo de contínua mudança e podemos nos identificar temporariamente com determinados marcadores identitários. Ele justifica isso falando que, ao utilizarmos identidade, temos que é algo acabado. Mas, ao utilizar “identificação”, falamos sobre um processo em andamento, inacabado. Além disso, Silva (2000) aponta que a identidade não é mais algo que se é, e passa a ser uma “ideia de ‘tornar-se’, para uma concepção de identidade como movimento e transformação” (SILVA, 2000, p. 92).

A identificação também traz em si processos de representação, como formas de atribuição de sentidos (HALL, 2012, p. 91). E, assim, as representações são construídas através de uma cadeia de significados, ao qual as pessoas estão envolvidas.

Logo, é por meio das representações que damos significados às coisas e às experiências, já que é através dos processos linguísticos/comunicacionais que fazemos usos das coisas, sentimos, pensamos e dizemos, ou seja, representamos algo que possui algum significado, comum ou não, à cultura em que estamos inseridos (OLIVEIRA et al, 2019, p. 4).

Desta forma, a representação é “um conceito que tem como centralidade o entendimento da cultura com base no que é constituído de significado no senso comum” (OLIVEIRA et al, 2019, p. 4). Considerando então que identidade e diferença fazem parte de um mesmo sistema e que ambas são produtos da cultura, o problema localiza-se exatamente quando as identidades e as diferenças constroem representações a partir das quais elas são categorizadas e/ou hierarquizadas de maneira que ocasionem em desigualdades sociais. Isso porque, a criação de uma identidade padrão (SILVA, 2000) pelo sistema social acaba excluindo identidades que não seguem essa norma. Partindo da perspectiva da sexualidade, a identidade padrão é baseada na norma heterossexual e, por isso, são excluídas as identidades que fogem essa representação, ou seja, os corpos *queer*.

Nesse caso, é possível falar também que no sentido individual, as identidades são uma forma da pessoa se posicionar em um contexto social, ao mesmo tempo que elas também operam como formas de posicionar a pessoa na sociedade. Como Flávia

---

Santos afirma, ao citar Dubar (2009, p. 237, *apud* SANTOS, 2019, p. 117), “as questões de identidade são fundamentalmente questões de linguagem”, isso porque, para identificar algo, é necessário nomear esse algo. Assim, nós nos posicionamos e somos posicionados o tempo todo.

Esse movimento, decorre do que Hall chama de “sistema de significação” (HALL, 1997, p. 28), que é um sistema capaz de classificar, dar sentido e distinguir os objetos, o que significa que algo não pode ser definido sem existir uma linguagem ou sistema de significação para determinar tal fato. Logo, as identidades (assim como as diferenças) são definidas de acordo com um sistema de significação que determina a sua existência. Sobre isso, o autor diz:

[...] a preocupação com a linguagem que temos em mente aqui refere-se a algo mais amplo - um interesse na linguagem como um termo geral para as práticas de representação, sendo dada à linguagem uma posição privilegiada na construção e circulação do significado (HALL, 1997, p. 27-28).

Assim, a formação das identidades, decorrem de práticas sociais realizadas na sociedade, e que dependem de cada cultura. Isso porque, “todas as práticas sociais, na medida em que sejam relevantes para o significado ou requeiram significado para funcionarem, têm uma dimensão ‘cultural’” (HALL, 2012, p. 32). Ainda Segundo o autor, a partir do momento em que estas práticas dependem de um significado para funcionar e surtir algum tipo de efeito, como a construção de identidades e diferenças, elas são consideradas “práticas discursivas” (HALL, 2006, p. 34). Por isso a linguagem é tão importante para a formação identitária, afinal, é ela mesma que dá significados para essa construção.

É a partir dessas práticas que certas identidades e papéis foram e são definidos na sociedade, dentre eles o papel da mulher e das pessoas *queers*. Pessoas com gênero ou sexualidade dissidente do padrão normalizado acabam sendo marginalizadas e tratadas como “anormais”. A forma de representação dessas pessoas é, em sua grande maioria, pejorativa, depreciativa, colocando-as como algo fora do que é considerado “bom”. Silva trata dessa representação como uma “atribuição de sentido” (SILVA, 2000, p. 91), ou seja, aquilo que a pessoa dá significado e os próprios significados que também são atribuídos a essa pessoa. Assim, até mesmo a própria pessoa assume esse significado, mesmo que seja algo depreciativo. Dessa forma, esses sentidos criados pela

---

sociedade foram atribuídos e tornaram-se discursos que permeiam as ações naturalizadas entre todo um sistema e tem efeitos práticos sobre as identidades.

Sendo assim, a discussão sobre a construção de gênero ou da sexualidade depende da construção identitária, de como a identificação surge entre as pessoas. E além disso, a forma pela qual gênero e sexualidade são representados e aceitos no meio social dependem diretamente do que é diferente da padronização e tratado como o “normal”.

## **GÊNERO E SEXUALIDADE**

Um grande problema visto no convívio social a respeito da diferença é a desigualdade. É importante destacar o quanto a desigualdade se baseia na hierarquização da diferença. E isto torna-se um ponto central na maneira como se constituem o gênero e a sexualidade, afinal, eles sofrem com desigualdade em decorrência do padrão normalizado na sociedade. Se há diferença e se essa diferença é percebida e hierarquizada, há, portanto, pessoas e práticas que são empurradas para a margem. Porém, para chegarmos a esse ponto, é necessário falar sobre a relação entre o sexo e o gênero, e como a distinção entre os dois se faz importante para essa proposta de trabalho.

O sexo, por muito tempo, foi tido como aquilo que é dado biologicamente, ou seja, uma característica com a qual a pessoa nasce. Isso traz à tona a visão binária existente na sociedade de “macho e fêmea”. E esse aspecto já foi, e de certa forma ainda é, definidor de papéis sociais, colocando pessoas abaixo de outras por conta do determinismo biológico<sup>6</sup>. E, por conta da definição usada por muito tempo para sexo, os discursos em torno da diferença sexual acabam determinando a conduta da pessoa (BENTO, 2012). Ou seja, os discursos da diferença sexual determinam como aquela pessoa deve ser, o que deve vestir, falar, e todas as atitudes que deve ter, em todo caso, o sexo é também um produto cultural e histórico, tendo em vista que é produto do discurso, sobretudo das ciências biológicas (FOUCAULT, 1999).

A partir dessa perspectiva, temos o gênero. Joan Scott fala que o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre

---

<sup>6</sup> Anne Fausto-Sterling (2002, apud ANDRADE *et al*, p. 2) aponta que esse determinismo biológico, que é baseado em argumentos estritamente biologizantes, é utilizado para reforçar o racismo e a segregação de gênero.

---

os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p.14). Assim, essa variável surge como uma forma de “distribuir” os papéis na sociedade, e criar um sistema de relação de poder, na qual existe um significado atribuído por trás, tudo isso que, por muito tempo, foi baseado nas distinções sexuais.

Para Butler (2003), por outro lado, o gênero não deve ser tratado apenas como “a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica), tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (BUTLER, 2003, p. 25). Ou seja, é importante não apenas que o gênero seja especificado através do que é o sexo, e sim do sistema de significação pelo qual até mesmo o sexo é produzido, uma vez que sexo e gênero compõe, na perspectiva de Butler, um só sistema (BUTLER, 2003).

Ao tratar sexo e gênero como partes de um único sistema, Butler (2003) propõe uma mudança exatamente porque a diferença de gênero possui sua base nas distinções biológicas dos corpos masculinos e dos corpos femininos, que acaba sendo um definidor dos papéis de cada um na sociedade. A dominação masculina parte dessa atribuição às mulheres de papéis inferiores aos dos homens, simplesmente por aspectos biológicos. É exatamente isso que Adriana Piscitelli (2001) explica ao falar, com base em Shulamith Firestone, que as mulheres acabam tornando-se prisioneiras do determinismo biológico por conta do processo reprodutivo, e isso as tornaria dependentes dos homens (FIRESTONE, 1976 apud PISCITELLI, 2001, p. 11).

A repressão sobre elas está ligada diretamente ao fato delas serem o motivo da manutenção da existência da vida humana. Porém, por conta disso, seus direitos, sua expressão sexual e seus desejos são reprimidos apenas para garantir o prolongamento da raça humana (PISCITELLI, 2001). Logo, as relações de poder entre os sexos foram sendo pautadas na diferenciação biológica, especialmente em quesitos de reprodução.

Ao falar do gênero como categoria, Joan Scott (1990), abre a possibilidade para que se possa fazer uma relação à diferença definida no início do presente artigo. Tal diferença não possui apenas carga negativa, porém, a partir do momento que se hierarquiza as diferenças dentro de tais categorias (como gênero, sexualidade, sexo...), esta categoria adquire uma noção negativa. Ou seja, no processo de hierarquização da diferença, a partir do momento que se coloca algum grupo como melhor e outro como

---

pior, ela adquire tal carga negativa. Um exemplo está na construção discursiva do sexo, não porque ele foi construído discursivamente ou porque diferencia as pessoas, mas porque serve como um meio possível para hierarquizá-las.

Seguindo tal linha, é importante compreender também o conceito de sexualidade, uma vez que é a partir dela que os significados e as vivências sobre identidade e diferença, sexo e gênero são construídos. Foucault define a sexualidade como um

dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências que encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1999, p.100).

Assim, a sexualidade deixa de ser apenas uma prática (natural) para possuir todo um aparato discursivo e social que constrói e é construído por diversos elementos, incluindo pessoas, diferenças, corpos, práticas. Tomar a sexualidade como um dispositivo histórico, é considerar que ela produz os corpos, e, ao produzir os corpos, também produz as diferenças (vagina-pênis) e produz também o desejo, heterossexual.

O discurso normalizado da heterossexualidade é importante para entender a relação de poder implicada na sexualidade, afinal, o que é diferente era, e ainda é, tratado como normal e anormal. Segundo Butler, “o ‘sujeito’ masculino é uma construção fictícia, produzida pela lei que proíbe o incesto e impõe um deslocamento infinito do desejo heterossexualizante” (BUTLER, 2003, p. 52). A existência de outras possibilidades de sexualidade ameaçava a “reprodução” desse discurso e a manutenção do sistema de reprodução e perpetuação da raça humana. Logo, foram consideradas “anormais” e sua existência condenada. E, como Bento diz, “[...] a heterossexualidade não seria exclusivamente uma prática sexual, mas um regime de poder” (BENTO, 2012, p. 30).

## **O CORPO QUEER**

O *queer*, de acordo com Guacira Louro (2004), vem a ser “o sujeito da sexualidade desviante” (LOURO, 2004, p. 7). São indivíduos que não necessariamente querem viver no centro (ou seja, no que é considerado “normal”) e desafiam todos os

---

discursos normalizadores professados pela sociedade. A possibilidade de existência de tais corpos era, e ainda é, ameaçada constantemente pelo simples fato de não estarem de acordo com o que o grupo social dominante impunha. Por isso, Louro fala que o *queer* é um “corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina” (LOURO, 2004, p. 8).

Nesse contexto, o corpo transsexual<sup>7</sup> foi e ainda é marginalizado, silenciado, inferiorizado, representado apenas como sinônimo de violência ou que apenas poderiam prestar serviços sexuais e não poderiam estar no “centro”. Berenice Bento (2012) trata disso mostrando como a transsexualidade foi tratada como doença mental no CID (Cadastro Internacional de Doenças) e como esse discurso acabou sendo naturalizado no tempo longo do sistema social.

Bento ainda fala que a transexualidade, juntamente à outras formas de expressão identitária, surge como “uma resposta inevitável a um sistema que organiza a vida social fundamentada na produção de sujeitos ‘normais/anormais’” (BENTO, 2012, p. 24-25). Assim, são os discursos normalizantes que colocam pessoas transsexuais e travestis como inferiores, como seres que não merecem “estar no centro”, ou seja, não merecem ter as mesmas condições que os corpos “padrões”.

O padrão da sociedade tem a heterossexualidade como base previamente determinada e funciona não apenas como uma prática sexual, mas como um regime político que exerce poder sobre as pessoas (WITTIN, 2001 *apud* PRECIADO, 2011, p. 12). E esse padrão acaba se baseando em uma construção identitária do que vem a ser homem e o que vem a ser mulher, assim como o desejo de cada um.

Ao mesmo tempo, esse sistema também determina as dissidências sexuais e de gênero como anormais, as quais servem para justificar e retificar a posição do normal. Isso ocorre porque o “diferente” é o que incomoda, o que traz questionamentos e estremece os pilares da padronização e normalização de discursos da sociedade. Talvez essas discussões sejam tentativas de entender o porquê de o “diferente” ser tratado como o “outro” ao invés de o “normal”. Dentre outras coisas, essa aversão se consolida como natural a partir da circulação de um conjunto de significados constituídos na (e pela) cultura e acabam por ser naturalizados como determinismo biológico.

---

<sup>7</sup> “Transsexualidade, travestilidade, transgênero, são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações. As normas de gênero definirão o considerado “real”, delimitando o campo no qual se pode conferir humanidade aos corpos (BUTLER, 1990)”

---

Como dito anteriormente, Louro (2004) define o *queer* como “um corpo estranho”. Ele incomoda, ou seja, traz um incômodo para a sociedade que normaliza discursos sobre gênero e sexualidade. Tais pessoas questionam esses discursos a partir da sua existência. Elas se encontram no entrecruzo, estando entre o corpo homem e o corpo mulher. E, assim como Louro (2004) fala, o *queer* é viajante, eles podem se reconhecer como um ou o outro, ou possuem aspectos de ambos. E assim, o corpo *queer* é uma possibilidade que se baseia na resistência entre o que é masculino e o que é feminino. Essas dissidências acarretam questionamentos múltiplos a respeito das normas de gênero e da heterossexualidade compulsória.

A heterossexualidade compulsória, segundo Butler (2003), é a ligação existente entre a configuração corporal das pessoas (seu sexo, sua genitália) que funcionará como uma bússola para suas performatividades (de gênero) e que determina um tipo de desejo, obrigatoriamente pelo sexo oposto. Isto é, o sexo e o gênero funcionam como um sistema complexo que determina as formas de existência e significação das pessoas na sociedade, materializando corpos e determinam aqueles que importam ou não, estabelecendo assim parâmetros de normalidade. Louro (2004) também aponta a forma de como uma matriz heterossexual delimita os padrões que devem ser seguidos. E, além disso, também dita o que são as transgressões de gênero e sexualidade.

Louro (2004) se apoia tanto em Judith Butler (2003) como quanto em Preciado (2014), ao mencionar como a heterossexualidade compulsória acontece a partir da “invocação performativa”. Quando no ato do nascimento (ou mesmo antes dele) o discurso médico diz “é menino” ou “é menina”, nesse momento aquele corpo não está sendo descrito, ele está sendo invocado, todo um conjunto de práticas, comportamentos, formas de vida, sexualidades estão sendo invocadas. Essa invocação performativa está no cerne da ligação do sexo-gênero-sexualidade, bem como prescreve – a partir dos discursos em circulação – como essas crianças devem viver suas próprias vidas.

Esses discursos não surgem espontaneamente no corpo de um recém-nascido, porém, eles necessitam de uma repetição de tais códigos considerados naturais para chegar a essa construção, remetendo assim à performatividade (BUTLER, 2003). Em todo caso, esse poder não é restritivo. Não é um poder que diz não simplesmente. Ele se torna único exatamente na possibilidade de estimular os indivíduos a incorporar esses comportamentos a partir de diversas reiterações e repetições durante toda a sua vida. E

---

mais, esse poder tem em si mesmo várias possibilidades de resistência, na qual os indivíduos criam estratégias outras e fogem dessas determinações prescritivas de comportamento (FOUCAULT, 1999). São nesses espaços de resistência e também na criação de novos espaços de resistência, que vivem os sujeitos *queers*.

Os corpos *queer* são os corpos que fogem dos limites desse regime de poder normalizador da matriz heterossexual. Segundo Louro (2004), “[...] ao ousarem se construir como sujeitos de gênero e sexualidade precisamente nesses espaços, na resistência e na subversão das ‘normas regulatórias’, eles e elas parecem expor, com maior clareza e evidência, como essas normas são feitas e mantidas” (LOURO, 2004, p. 18), ou seja, além de romperem com o sistema de regras discursivo culturais que sustentam o sistema sexo/gênero, essas pessoas também expõem a fragilidade dessas normas ao denunciá-las. Assim, a resistência que esses corpos criam perante as normas, acabam mostrando também como elas são criadas e sofrem manutenção dentro da sociedade.

É importante destacar que corpos *queer* foram colocados em lugares subalternos. As padronizações e manutenção dos estereótipos da “bicha”, da “sapata”, da “travesti” estão presentes na mídia há muitos anos. Personagens caricatos ou com características negativas extremamente marcadas baseiam-se na tentativa de estereotipar esses corpos ainda mais. Essas representações sociais e midiáticas criaram marcas na identidade de tais corpos e a sociedade tende a ver a essas pessoas apenas a partir dessas marcas, deixando de lado a individualidade de cada um, hierarquizando as identidades e criando formas de subalternização desses corpos, bem como estabelecendo violências físicas e simbólicas à essas existências.

Além disso, a aceitação da pessoa homossexual se deu diante de padrões brancos e de classe média, o que excluía uma grande camada da comunidade. E não só isso, colocava normas nos relacionamentos homoafetivos, de tal maneira que eles continuassem seguindo os relacionamentos convencionais heterossexuais: “comprometido e monogâmico” (LOURO, 2004, p. 34).

Em todo caso, há muito mais de complexidade ao se pensar o *queer*, uma vez que enquanto nomenclatura, movimento e posição política, o conceito abarca um conjunto de sujeitos de sexualidades, experiências, cores e rendas bem mais ampla que aquilo que é padronizado e passou a ser – com ressalvas – aceito como gay. Pensar uma

---

sexualidade gay normativa (ou normalizada) e/ou achar que a experiência gay monogâmica é suficiente para abarcar toda a complexidade do *queer* é apenas uma outra estratégia para inviabilizar ainda mais as outras experiências de sexualidade dissidentes, a exemplo das travestis, dos/as intersexos ou não-binários.

Nesse ponto, é preciso que se tenha a interseccionalidade como um norte e postura, para pensar a identidade sexual incluindo outras variações, além daquela que foi incorporada naquilo que é aceito, bem como outras questões como renda, classe, naturalidade, etc. Entendemos como interseccionalidade as diversas formas de entender e analisar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação social (CRENSHAW, 1989).

Seguindo a ideia da interseccionalidade, é possível perceber que, mesmo que de certa forma o “centro” acolha os homossexuais, eles ainda sim os excluem, usando parâmetros raciais, econômicos, de naturalidade, entre outros. É o que Bento (2012) transmite ao falar que “o centro acolhe com prazer os habitantes da margem para melhor excluí-los” (BENTO, 2012, p. 22). E isso advém pelo fato de que o “centro” acaba por escolher quem pode ser aceito, ou seja, aqueles que mais chegam próximos das normas que eles prezam.

A teoria *queer* então nasce como uma forma de trazer aspectos políticos para o movimento desses corpos dissidentes. A busca por um reconhecimento, por um espaço que deveria ser de direito. E, Louro (2004) afirma que, para poder abalar e criticar de forma efetiva a oposição heterossexual - homossexual, seria necessário um processo desconstrutivo.

*Drag queens* são um exemplo de corpo *queer* e que, sendo uma representação, acaba sendo também um processo de desconstrução. Uma vez que, “perambulando por um território inabitável, confundindo e tumultuando, sua figura passa a indicar que a fronteira está muito perto e que pode ser visitada a qualquer momento” (LOURO, 2004, p. 20). Este corpo está sempre em transição entre o posto “feminino” e o “masculino”, fazendo uma desconstrução de seu corpo biológico e se moldando em um novo corpo por meio de uma performatividade que pode ser ora masculino, ora feminino, mas sem se fixar categoricamente em nenhuma dessas categorias.

Porém, esse processo não precisa ocorrer pura e simplesmente em corpos *queer*; mas também nos discursos normalizantes e reguladores. Como Preciado (2011) afirma,

---

“essa multiplicidade de anormais é a potência que o Império Sexual se esforça em regular, controlar, normalizar” (PRECIADO, 2011, p. 13). Ou seja, existe um esforço para manter os considerados “anormais” normalizados dentro do meio social, exatamente porque tais pessoas servem para determinar os normais. E é exatamente contra isso que surge a “multidão *queer*” citada por Preciado (2011), ou seja, corpos que não se baseiam em corpos ou identidades naturais (homem/mulher), nem a respeito das práticas do desejo (heterossexual/homossexual), mas se baseiam em uma multiplicidade que se levanta contra os discursos que constroem o que vem a ser o normal, o centro. Ela aparece justamente para resistir à normalização e a naturalização dos discursos padrões da sociedade.

Bento (2012) cita que existem “convenções” de definição do que é ser mulher e o que é ser homem. E, estes corpos, apesar de se basearem no binarismo sexual, possuem expressão identitária própria e que, portanto, não dependem exclusivamente de um aspecto biológico. E, assim como qualquer outra expressão identitária, a marginalização dos corpos *queer* surge como uma resposta da sociedade que cria sujeitos “normais/anormais” e tais corpos ocupam um espaço de resistência que torna possível essas pessoas viverem suas vidas e expressarem suas sexualidades para além das determinações do sistema heterossexual proposto.

Bento cita também que “a verdade dos gêneros não está no corpo, já nos diz a experiência transexual, mas nas possibilidades múltiplas de construir novos significados para os gêneros” (BENTO, 2012, p. 47). Essas possibilidades de discussão sobre os corpos *queers*, bem como as maneiras a partir das quais esses corpos subvertem as normas e instituem outras possibilidades discursivas já são bem visíveis no Brasil. Seja na música, com nomes como Linn da Quebrada, Jup do Bairro, Glória Groove, Liniker; nas artes como Gabe Moreira e IGMA; na tv, teatro e cinema com Glamour Garcia.

## **PARA NÃO CONCLUIR**

A discussão que se estende no presente trabalho desde a conceituação de identidade, até o que vem a ser o *queer*, é uma possibilidade de entender a forma pela qual as pessoas se constroem (e são construídas) a partir das perspectivas do sexo, do gênero e da sexualidade. Assim, foi possível ver como autoras e autores apresentam o

---

conceito de identidade e como a proposta de identificação surge como uma possibilidade mais viável na construção da pessoa.

Podemos perceber que na nossa sociedade, a partir da cultura, as identidades e as diferenças são constituídas e quando há uma hierarquização dessas identidades são instituídas posições de subalternidades, uma vez que a partir delas determina-se aquilo que é normal ou anormal (SILVA, 2000). Em todo caso, essa possibilidade encampa também possibilidades de resistência, como é o caso dos sujeitos *queers* que constituem-se como corpos que não se prendem nos limites impostos pelo sistema binário sexual previstos pela sociedade. Eles viajam entre ambos, vivem no meio, no limite da margem entre essas posições. Produzem sentidos distintos para seus corpos e abrem possibilidades para além das normalizações.

Portanto, compreender os conceitos presentes neste trabalho torna-se imprescindível quando falamos de comunicação. Tendo em vista que a comunicação e a mídia atuam como meio de produção de sentidos sobre as pessoas *queers*, e esses sentidos são construídos ou desconstruídos. Assim como são instituídas também as categorizações e hierarquias que implicam ou não na existência subalterna dessas pessoas, que podem estar sujeitas à violências físicas e psicológicas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisco Leal de; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. **“Já Nasce Homem Ou Mulher”**: Determinismo Biológico No Discurso De Docentes De Biologia Sobre Sexo E Gênero. SINECT, Ponta Grossa, ano III, Set. 2012.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2012 (2a. edição).

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, L.; SOUSA, A. N.; SENA, F. S. **Enviadescer para produzir interseccionalidades**. In: OLIVEIRA, J. M.; AMÂNCIO, L. (Org.). **Gêneros e sexualidades: interseções e tangentes**. Lisboa: Maiadouro, 2017. p. 193-215.

CRENSHAW, K. 1989. **Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: a Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics**. *University of Chicago Legal Forum*, Chicago, p. 139-167.

DELPHY, Christine et al. **Patriarcado (teorias do)** In: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.)

- 
- FAUSTO-STERLING, Anne. **Dualismos em duelo.** *Cad. Pagu* [online]. 2002, n.17-18, pp.9-79.
- FOUCAULT, M. **A História da Sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro, Graal, 1999.
- HALL, Stuart. **A centralidade da cultura:** notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 22, n°2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade/** tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural e Diáspora.** *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.24, p.68-75, 1996.
- HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?** In: SILVA, Tomaz. T. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2008. Cap.3, p.103-133.
- HALPERIN, D. M. **One hundred years of homosexuality and other essays on Greek love.** Nova Iorque, Routledge, 1990.
- LOURO, Guacira Lopes, **Um Corpo Estranho – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2004.
- OLIVEIRA, M. L. S.; GOMES, S. H. A. ; RIBEIRO, G. M. C. ; COSTA, D. P. . **Estudos Culturais Britânicos e o Queer: Um Ensaio de Aproximação.** In: 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2019, Belém. *Anais do 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.* São Paulo: Intercom, 2019. p. 1-15.
- PISCITELLI, Adriana. **Gênero: a história de um conceito.** In: ALMEIDA, Heloísa. B.; SZWAKO, José E. *Diferenças, igualdade.* São Paulo: Berlendis&Vertecchia, 2009.
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”.** *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, Jan./Apr. 2011.
- SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação e Realidade*, vol. 16, n° 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.
- SILVA, Tomaz Tadeu. **A produção social da identidade e da diferença.** In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. E trad.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.* Petrópolis: Vozes, 2000. P. 73-102.
- SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. **Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas.** In: SPINK, M. J. (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano.** Rio de Janeiro: BVCE, 2013. P. 22-41.
- TORRÃO FILHO, Amílcar. **Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam.** *Cad. Pagu* [online]. 2005, n.24, pp.127-152.